



Memória e patrimônio cultural como possibilidades para o ensino de história na educação básica.

Autora: ANTÔNIA LUCIVÂNIA DA SILVA*

Coautora: PAULA CRISTIANE DE LYRA SANTOS**

Introdução

Neste trabalho buscamos apresentar resultados de experiências de ensino de História a partir do patrimônio cultural realizadas com estudantes de 9º ano do ensino fundamental no segundo semestre de 2016 em uma escola pública, E.E.F.M. José Alves de Figueiredo, situada na cidade de Crato-Ceará. Todas as ações pedagógicas que serão elencadas foram ministradas por equipe de seis bolsistas do PIBID-HISTÓRIA-URCA e pela docente supervisora, que é aluna da primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri – URCA consistindo, portanto, em resultados de parte dos trabalhos realizados pelo PIBID, porém permeados por discussões conceituais possibilitadas pelas disciplinas: Teoria da história; História do ensino de história; Educação patrimonial e ensino de história – ofertadas pelo PROFHISTÓRIA entre os meses de agosto a dezembro de 2016.

Inicialmente faremos uma apresentação da trajetória das políticas de patrimonialização no Brasil e uma abordagem contemplando os conceitos norteadores das aulas desenvolvidas no ensino básico, da reflexão sobre as referidas práticas; conceitos como: Memória; Esquecimento; Silenciamento; Patrimônio Cultural e Lugares de memória e em seguida um breve relato das atividades desenvolvidas e direcionadas ao tema patrimônio cultural, as quais se deram principalmente por meio de aulas de campo e de realização de oficinas no espaço escolar, com o intento de, a partir dessas experiências, socializar as possibilidades de ensinar a disciplina de história tendo o patrimônio cultural como eixo norteador. Todavia, não temos a pretensão de nos colocarmos como modelo, sendo nosso intuito provocar a reflexão para se chegar a novas possibilidades e práticas.

Sendo a categoria Patrimônio Cultural de intensa relevância de todo este trabalho desde o planejamento das práticas de ensino, a execução, avaliação e escrita, queremos destacar que tomamos esse conceito a partir de uma visão crítica e da prática da

* Mestranda do profhistória/Universidade Regional do Cariri.

** Professora doutora do departamento de história da Universidade Regional do Cariri.



desnaturalização patrimonial, não consistindo em reforçar os bens patrimoniais como práticas absolutas dotadas de uma aura eterna e de uma reificação dos bens ou objetos preservados.

Enxergamos o patrimônio cultural como algo amplo, “para além da pedra e cal” (FONSECA, 2003) permeado por relações de poderes, seleções e exclusões e imiscuído em intensos contextos de disputas.

1. Breve trajetória das políticas de patrimonialização no Brasil

No ocidente, as políticas de preservação do patrimônio vêm do século XVIII na França. No século XIX, França, Alemanha, Inglaterra, entre outras nações, criaram instituições públicas e privadas, leis, inventários, realizando trabalhos de restauração e consolidando um modelo que perdura até hoje. No Brasil, o tombamento foi criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, imbuído dos ideais da política do Estado Novo com seu desejo centralizador de reforçar a unidade nacional. Neste momento, não se estava interessado em reconhecer a diversidade e não se contemplou a dimensão imaterial, como havia defendido Mário de Andrade. Porém, na década de 1980, com a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216, houve uma ampliação do conceito de patrimônio ultrapassando a dimensão da materialidade e da excepcionalidade. Já o Decreto 3.551/2000 trata dos bens imateriais. Esse decreto e a Constituição já mencionada reconhecem que o dever de preservar é do Estado e da sociedade.

No ano de 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que em 1946 passa a ser a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (DPHAN). Já no ano de 1970 passa a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, passa a ser (SPHAN), Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional só voltando a ser denominado IPHAN a partir de 1992, tendo como incumbência proteger o patrimônio cultural.

No entanto, ao passo que se decide preservar algo, decide-se esquecer parte dos bens. “A cada ato de preservação corresponde a pelo menos um de destruição” (FÉLIX, 2016: 35). Embora a preocupação desde a criação do SPHAN tenha sido a de preservar, foram instituídos critérios de seleção e estes se restringiam aos bens materiais ligados a herança europeia e aos valores cristãos. A estética se sobrepunha às dimensões simbólicas que perpassavam os bens tombados. O critério estético era bastante excludente, o que fica evidente a partir de Gilberto Velho (2006), que ao tratar sobre o tombamento do terreiro de candomblé em Salvador no ano de 1984, demonstra as disputas em torno de tal processo de patrimonialização, porque o padrão arquitetônico da construção não cabia nos critérios então vigentes. Todo o conjunto

simbólico, práticas rituais e memórias da ancestralidade africana eram relegados por não caberem na medida do patrimônio instituído, ocidental e cristão.

Apesar das tentativas governamentais de proteger parte dos bens é preciso reconhecer que

a elaboração e aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático (FONSECA, 2003: 67).

Muitos bens são tombados ou registrados como patrimônio, mas nem sempre há um diálogo com a comunidade, a qual em vários casos até se sente prejudicada com a ação de tombamento e, por não haver o processo de identificação, acaba agindo com indiferença ou mesmo depredando o patrimônio, pois não basta tomar/registrar sem desenvolver estratégias de educação patrimonial. Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade viam na educação um caminho para despertar um sentido de patrimônio junto à população.

A categoria patrimônio assim como outros conceitos tem uma historicidade e são modificados ao longo da trajetória histórica. Atualmente

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificados como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações, e ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. (POULOT, 2009: 203).

Todavia no Brasil, “a imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil” (FONSECA, 2003:56).

Diante dessa trajetória, consideramos que seja cabível explicitar no ensino básico um breve histórico da preservação patrimonial, o que pode ajudá-los a entender que as instituições, os conceitos, os valores têm uma historicidade, não existindo desde sempre nem necessariamente continuando da mesma forma ao longo dos anos. Mostrar as diversas modificações nas políticas de valorização ou preservação é permitir a compreensão histórica, colaborando para um ensino que ultrapasse a memorização mecânica das informações históricas.

2. Abordagem conceitual

Entendemos patrimônio cultural conforme Fonseca (2003), que ao utilizar o conceito de patrimônio intangível diz que o termo patrimônio imaterial é um equívoco, tendo em vista

que a expressão cultural faz uso de suportes físicos, se materializando, ainda que por pouco tempo. Portanto, “a imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis” (FONSECA, 2003: 66).

Adotamos em sala de aula uma postura crítica quanto ao patrimônio cultural, explicando aos alunos que determinar o que é ou não digno de fazer parte do cânone do patrimônio, seja local, nacional ou mundial, é uma prática, uma ação que parte de um local de poder. Há regras legais que definem critérios para o tombamento, assim como há intelectuais/profissionais com saberes técnicos/teóricos reconhecidos pelo Estado e contratados para realizar o estudo daquilo que se pretende preservar ou valorizar e que são imbuídos da competência de lançar um parecer favorável ou não, ao registro ou tombamento.

Foi perceptível, no discurso inicial dos alunos, a reprodução de uma visão meramente romântica do patrimônio, como se seu valor fosse atemporal. Estes desconheciam as políticas de intenções, de criação ou de negação de um valor simbólico a determinados monumentos, práticas e/ou saberes. Esta constatação inicial nos impulsionou a ressaltar que aquilo que eles reconheciam como patrimônio estava situado numa dimensão histórica e que não necessariamente teria o mesmo valor para toda a sociedade, embora possa ter para parte significativa da população. É preciso levar o alunado a apreender e enxergar a historicidade desses bens e conhecer a trajetória de construção dos valores simbólicos que foram sendo agregados aos monumentos, aos rituais, aos bens tangíveis e intangíveis, pois são resultados de ações humanas discriminativas.

Partimos do entendimento de que trabalhar o patrimônio cultural no ensino de história não se restringe ao ato contemplativo, fazendo-se imprescindível fornecer condições para o desenvolvimento de uma percepção crítica. Dominique Poulot (2009) expressa a ausência de crítica à patrimonialização. Para ele, criticar, muitas vezes, é visto como ato de vandalismo. Concordamos com as observações de Poulot e, apoiando-se nelas, entendemos que, no ensino, desde a educação básica, é de suma importância que os estudantes tenham noção de como se dão os processos de patrimonialização e que saibam interpretá-los como evocadores de memórias de grupos que por meio deles pretendem legitimar seus interesses e suas memórias. Não se trata de destruir o patrimônio, mas se queremos formar um conhecimento crítico é necessário ensiná-los a ultrapassar o óbvio, o que está explícito e levá-los a perceber “os não ditos”, os conflitos e silenciamentos que se escondem por traz do patrimônio.

Ao pensarmos em patrimônio, estabelecemos conexões com as memórias, lembranças e silenciamentos. Ao se tomar uma obra de arte, um prédio, registrar um lugar, ritual, uma

dança, um saber... opera-se com a exclusão. Ao dizer o que é, fica implícito o que não é. Portanto, ao definir o que será lembrado institui-se o que será esquecido. É verdade que não é possível lembrar todo o passado. Todavia é preciso saber que os critérios definidores do que lembrar e do que esquecer não são desprovidos de intencionalidades. Entretanto, apesar da memória de vários grupos e de certos fatos serem condenadas ao silenciamento – podemos citar o próprio caso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, trabalhado em sala de aula e realizada aula de campo ao local; por décadas foi banido ao esquecimento – nem sempre elas desaparecem, e podem retornar em momentos propícios.

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK, 1989: 3)

O pensamento de Pollak nos ajuda a compreender as memórias relativas à comunidade Caldeirão e ao beato José Lourenço, estudados com os alunos no percurso das experiências aqui relatadas. Em 1936, quando houve a dispersão de seus integrantes, forçados por uma ação militar encarregada de pôr fim à comunidade e principalmente após o confronto armado que ocorreu na Mata dos Cavalos, na Serra do Araripe, no ano de 1937, se seguiu uma campanha de perseguição e silenciamento de modo que muitas pessoas que lá viveram ou que possuíam conhecimento sobre ela tinham medo de falar no assunto por temer represália. Por uns cinquenta anos perdurou o silenciamento politicamente instituído sendo lembrados os fatos a partir da década de 1980, chegando essa memória na passagem do século XX para o XXI a sair das camadas submersas da memória e emergir por meio de políticas de memórias, seja pelas romarias conduzidas pela Diocese de Crato a partir do ano 2000, seja pelo tombamento feito pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no ano de 2005.

Retornando à sala de aula, fomos guiados pelo pensamento de que não bastava levar os alunos ao lugar e dizer o que foi o Caldeirão no passado, quem fundou, quem lá viveu, como viviam e como terminou. Fizemos a abordagem interligando o passado e o presente, elucidando as estratégias políticas de esquecimento imposto pelas instituições de poder, seja Igreja, Estado... e de lembranças, mostrando como uma memória sofre alterações no decorrer do processo histórico.

Há uma tendência a tomar a memória como sinônimo de história. No entanto, embora haja intrínseca relação entre ambos os conceitos, não é conveniente tomá-los como sinônimos, pois há diferenças entre eles ainda que à primeira vista não seja de tão fácil percepção. A memória pode ser trabalhada em sala de aula ou como fonte para a escrita da história. “A

memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família.” (DELGADO, 2010: 38) e ainda a “história é a consciência do passado no presente. É o reconhecimento da ação humana na construção da temporalidade da própria história. É enfim, uma grande façanha que consiste na busca incessante de se conhecer o passado.” (DELGADO, 2010: 56).

Já para Nora (apud ARÉVALO, 2004) a memória é algo ausente no presente. É como algo artificial. O homem contemporâneo por não mais conseguir lembrar o passado, mas apesar disso, sentir necessidade de manter vínculo com este, de conhecer suas origens e referências, elege lugares, bens, objetos para serem lembrados. Esses objetos de certa forma se tornam elos entre o passado e o presente. Para ele, os lugares de memória são restos. A história é unificadora, separa, seleciona e petrifica a memória.

Não só historiadores, mas docentes de história tomam a memória como algo a ser problematizado como caminho para o desenvolvimento de uma consciência crítica. A memória, seja advinda da narrativa escrita ou oral, nos fornece informações valiosas para se conhecer o passado, dar respostas ao presente e lançar projeções para o futuro. “Na verdade, a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.” (DELGADO, 2010: 9).

Ao realizarmos uma roda de conversa com estudantes e mulheres do grupo de dança do coco, pensamos ter sido uma possibilidade dos alunos acessarem as memórias sobre um passado por intermédio de mulheres que se situam no presente, mas que foram testemunhas de um tempo não experienciado pelos discentes. Por se tratar de uma ação pedagógica, não podíamos encerrar as narrativas orais concedidas na roda de conversa restrita ao momento de sua realização. Elas foram retomadas em sala de aula e problematizadas, porém não com o propósito de desqualificar as narrativas ou de tratá-las como mentiras. As memórias elucidadas pelas narradoras são válidas enquanto fonte de conhecimento e os adolescentes, enquanto estudantes, precisam respeitá-las e entender seu processo histórico e os significados que elas têm hoje. As oficinas de dança ministrada não só por uma integrante do grupo, mas por duas pessoas adolescentes que integram um “grupo de coco mirim”, como eles costumam denominar, se constituíram também como espaços de memórias uma vez que os passos da dança – ainda que certamente tenha havido algumas modificações tendo em vista que a cultura é dinâmica – têm uma origem que remonta ainda aos tempos da escravidão indígena e africana e as toeiras (músicas), algumas mais antigas e outras mais recentes, podem ser

compreendidas como diálogos entre o passado e o presente, ressignificações e apropriações de memórias dando sentidos às práticas do presente.

3. Relatando as experiências

O relato que se segue resulta de estudo teórico e discussão dentre o grupo geral do PIBID História/URCA e do planejamento da equipe de bolsistas, juntamente com a supervisora que atuavam na Escola E.E.F.M. José Alves de Figueiredo. Quanto às estratégias de aula de campo para contemplar alguns dos bens patrimoniais, todas elas foram antecedidas de visita prévia e estudo acerca de cada lugar a ser visitado e dos bens neles presentes, para só posteriormente ser traçado o planejamento e execução da aula com os discentes. Posterior a cada aula de campo, roda de conversa ou oficina, a equipe de bolsistas se reuniu com a supervisora para fazer a avaliação das atividades ministradas. Em sala de aula, nos dias que sucediam a cada aula de campo ou oficina, antes de dar prosseguimento aos conteúdos programáticos do currículo escolar era destinado um tempo para ouvir as impressões dos alunos sobre as atividades vivenciadas por eles.

Não adentraremos de forma mais aprofundada a todas as atividades desenvolvidas. Destacaremos mais a aula teórica de iniciação ao patrimônio cultural por ser o ponto inicial da discussão e a aula de campo ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto intercalada com a visita ao Juazeiro do Norte, dada à relevância que o tema pode ocupar para além da história local.

3.1. Oficina de introdução ao patrimônio cultural - 23/08/2016

Esta foi a primeira atividade desenvolvida em sala de aula no ano de 2016 tendo em vista que as atividades do primeiro semestre aconteceram com alunos e visitantes da ocupação que se deu concomitante a greve dos professores da rede ensino público do Estado do Ceará. Nesta primeira atividade, foram tratadas as noções básicas que permeiam o patrimônio, sendo feita a sondagem prévia por meio de perguntas simples direcionadas aos alunos na tentativa de motivá-los ao tema. Nas respostas, sem nenhuma exceção, patrimônio estava sempre relacionado às construções cujas estruturas denotam exuberância. Após os discentes se inserirem no assunto a equipe responsável por ministrar a aula – professora supervisora e bolsistas – foram contando um pouco da história do patrimônio cultural no Brasil.

Foram acrescentando que patrimônio cultural no contexto atual está para além da materialidade, pois inclui também valores simbólicos e manifestações intangíveis, ultrapassando inclusive as restrições de classes sociais, pois com base nas novas políticas de

patrimonialização, que remontam ainda à década de 1980, já se questionava o fato dos bens tombados sempre se referirem às classes de maior poder político e econômico. Podemos citar como exemplo o tombamento do terreiro de candomblé “Casa Branca” em Salvador-Bahia, que gerou acaloradas discussões rompendo com a tradição de que só a arquitetura barroca ou de alto padrão arquitetônico, ou mesmo ligadas à cultura europeia, seriam dignas de tombamento.

Para dar mais vivacidade e facilitar a compreensão, foram exibidas algumas imagens de prédios da cidade de Crato ou da cidade vizinha, Juazeiro do Norte-CE, e três pequenos vídeos contemplando os seguintes patrimônios: Sítio Fundão, Dança do Coco e Grupo Irmãos Anicetos, que integram parte do patrimônio cultural de Crato¹.

Durante a aula foi explicado o que é tombamento e registro; qual a importância dessas medidas; quais as tensões que os envolve e porque elas acontecem, deixando claro que não só os prédios podem ser reconhecidos, mas ainda os saberes, práticas, lugares, paisagens² e explicitando que tomar/registrar ou não, é um processo que está permeado de relações de poderes, pois o fato de um bem tangível e intangível não ser registrado ou tombado não significa que não tenha valor para uma coletividade, como é o caso do Grupo de Mulheres do Coco da Batateira, que embora nenhuma das integrantes seja considerada oficialmente como mestra da cultura, nem seu grupo esteja inscrito como patrimônio, elas fazem parte da cultura cratense e tem valor para parte da sociedade.

Aproveitando a participação dos alunos ao perguntarem se a capoeira poderia ser patrimônio, informamos que ela já foi institucionalizada como patrimônio intangível, o que já denota grande transformação, por no passado ter sido criminalizada e hoje patrimonializada, podendo perceber como a história é permeada por tensões e transformações. Ou seja, que ao longo da história, determinada expressão ou prática que não tinha valor para os setores dominantes da sociedade, chegando até a ser perseguida, pode em outro tempo, em uma experiência social de valorização da diversidade, mudar o seu estatuto. Mas vale ressaltar ainda que no caso da capoeira o seu valor mudou para os seus próprios praticantes, já que esta deixou de ser uma forma de resistência à opressão sofrida por determinados setores sociais e se transformou, de certa forma, em uma prática desportiva.

Foi um pouco complexo para os estudantes entenderem as diferenças entre o que seria classificado como material e imaterial, ou na perspectiva de Londres Fonseca (2003) tangível

¹. Vídeos disponíveis nos seguintes endereços:

<https://www.youtube.com/watch?v=Nsx34rHDt9E&t=1s>; <https://www.youtube.com/watch?v=meyPICeq8Tg>;
https://www.youtube.com/watch?v=zvIQpH8_v5M

². Ver o Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, o qual trata do Patrimônio Cultural.

e intangível. Todavia, no decorrer da aula com os exemplos explicados oralmente e com os vídeos e imagens foi possível compreender as diferenças e as mudanças nas concepções das leis, pois apesar da proposta elaborada por Mário de Andrade no ano de 1936, no ano seguinte, por meio do Decreto-Lei nº 25 que criou o SPHAN, a dimensão intangível foi suplantada, vindo a ser institucionalizada somente na década de 1980, na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Foi a partir das dúvidas dos estudantes com os quais trabalhamos que pudemos pensar estratégias para efetivar a aprendizagem. Sendo notável a dúvida deles em identificar patrimônio tangível e intangível, propusemos um conjunto de atividades envolvendo a dança do coco praticada por um grupo de mulheres idosas, intitulado “a gente do coco”, entretanto mais conhecido como “coco das mulheres da Batateira”, em virtude do bairro onde elas residem, Gisélia Pinheiro, ser popularmente chamado de Batateira. Com os alunos e duas representantes do grupo de dança, a mestra Edite e dona Raimunda, realizamos roda de conversa no quintal da residência da mestra e duas oficinas de dança no chão da escola, ministrada por dona Raimunda, para que assim pudessem experienciar o patrimônio intangível.

Para contemplar o patrimônio ecológico fizemos visita ao Sítio Fundão, reserva com extensão territorial de 97 hectares, localizada no município do Crato, espaço dentro do qual existem bens tombados pela Secretaria Estadual de Cultura: engenho de madeira que era movido à tração animal, tendo ele funcionado até início da década de 1950; uma casa de taipa de primeiro andar, sendo este andar construído no final da primeira metade do século XX; e as ruínas de uma barragem de pedra que segundo a tradição local, teria sido construída por escravos em meados dos anos de 1877.

No que se refere à participação e aprendizagem dos estudantes, avaliamos terem sido os resultados satisfatórios e fazemos esta afirmação considerando a efetividade de participação, das indagações e das falas de cada um ao final da aula, no momento destinado a ouvir as considerações deles relatando o que a atividade havia acrescentado em termos de conhecimento para eles. Entretanto, queremos esclarecer que nem todos os discentes presentes participam de forma direta, fazendo perguntas ou considerações, pois a sala de aula é um espaço diverso tendo cada um suas particularidades, limitações, subjetividades, porém todos colaboraram a sua maneira para o bom desempenho da aula.

3. 2. Aula de campo - Juazeiro do Norte-CE

No dia 11/10/2016, foi realizada uma atividade na cidade do Juazeiro do Norte – CE, que fica a cerca de 12 Km da cidade do Crato, com os alunos da E.E.F.M. José Alves de Figueiredo. Compareceram a esta atividade um total de vinte alunos. Para a concretização desta aula, foi realizado um estudo bibliográfico, visando aprofundamento acerca da história de Juazeiro do Norte e suas relações com a história de Crato. Entre os temas de destaque está a história do Padre Cícero Romão Batista e da beata Maria de Araújo, que é composta em uma versão bastante difundida pelos fatos religiosos do milagre da hóstia, dos posteriores conflitos com a Igreja Católica Romanizada, e das romarias ao Juazeiro que se iniciam no século XIX e permanecem até hoje; aos fatos políticos, a emancipação de Juazeiro do Norte no ano de 1911 e da “Sedição de 1914”, conflito que envolveu as oligarquias políticas do Ceará, mas que ganhou uma expressão nacional no contexto da República Velha.

Feito o estudo teórico acerca dos conceitos fundamentais a esse conjunto de atividades, feita a visita prévia e elaborado o planejamento, sendo este conteúdo da história local de necessária relação com os conteúdos do livro didático³, podendo ser relacionado aos capítulos que abordam a primeira fase da república brasileira, e tendo os estudantes noções mínimas sobre o tema, por já terem sido mencionados em sala de aula no decorrer do primeiro bimestre e também de alguns fatos estudados no ano anterior na disciplina de estudos religiosos, oportunidade na qual foi elencada a religiosidade em Juazeiro (as romarias, a história da beata Maria de Araújo e do beato José Lourenço), se tornou mais fácil obter êxito nessa etapa de atividades, mesmo diante do pouco tempo que tínhamos para abordar tantas questões.

Tivemos bastante atenção para não desvincular os fatos históricos em questão da relação com o patrimônio cultural, pois os objetos, monumentos e os lugares visitados estão intrinsecamente relacionados à história e a ideia de patrimônio. Todavia, desde o início da idealização desta atividade, foi necessário bastante cuidado ético no tratamento do assunto, pois quando envolve a dimensão religiosa é muito delicado, correndo o risco de dar uma conotação de ataque ou apologias às crenças religiosas. Em virtude disso, era sempre frisado que não precisávamos acreditar ou deixar de acreditar no milagre ou na santidade dos personagens envolvidos na trama dos fatos, mas conhecer e entender os acontecimentos, os sentidos e as apropriações que se deram no decorrer da trajetória histórica, as interações entre o passado e o presente e entender como os objetos, rituais, lugares e monumentos são investidos de uma aura simbólica e de valores que tocam o imaginário de uma coletividade e

3. Livro didático adotado pela escola: RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Piaçã: história 9º ano. Curitiba. Editora Positivo, 2015. PNL D 2017, 2018 e 2019.

que acabam se integrando a construção de identidades. Interessava-nos por meio desta aula ajudar os alunos a perceberem as dimensões temporais, abstrair a história presente nesses lugares e objetos e perceber a influência do passado sobre o presente e a influência deste na interpretação do passado.

No Memorial Padre Cícero, demos ênfase a algumas fotografias que estavam lá expostas como relíquias da história política de Juazeiro, sempre perpassada pela figura e poder simbólico do Padre Cícero; e às relíquias da indumentária religiosa que pertenceram ao Padre Cícero; ao canhão da Sedição de 1914 que fora utilizado pelas forças do então governador do Ceará, Marcos Franco Rabelo, que com apoio da cidade do Crato declararam guerra ao Juazeiro do Norte, que tinha o Padre Cícero como prefeito e aliado da oligarquia Acioly, inimiga do governo vigente.

Na Igreja do Socorro, conduzimos a discussão em torno do túmulo do Padre Cícero, que se encontra bem próximo ao altar. No Cemitério, os pontos ressaltados foram o túmulo do beato José Lourenço, seguidor do Padre Cícero que muito se destacou na história dessa região, e na placa em memória da Beata Maria de Araújo, cujo corpo atualmente não se sabe em que lugar se encontra, pois fora retirado do túmulo que estava situado dentro desta igreja do Socorro no ano de 1930; fato muito propício para abordamos as disputas pela memória e as estratégias de silenciamento e mostrar aos alunos como o passado não necessariamente é o que passou completamente e como suas memórias evocam conflitos no presente. Na casa do Padre Cícero, centralizamos a discussão a partir dos ex-votos deixados pelos devotos, de modo a possibilitar aos alunos a fé e os significados simbólicos que o referido Padre representa para parcela significativa da população.

3.3. Aula de campo - Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

Essa aula, realizada no dia 19/10/2016, consistiu em visita ao Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto situado na zona rural da cidade de Crato, local onde, entre os anos de 1926 e 1936, floresceu uma comunidade rural liderada pelo beato José Lourenço, homem negro, analfabeto e de origem paraibana que chegou ao Juazeiro do Norte no início da década de 1890 à procura dos pais que para este povoado haviam se deslocado movidos pela propagação da notícia do milagre da hóstia, que dentro da versão dos que acreditavam no mesmo, virara sangue na boca da beata Maria de Araújo.

Se tornando seguidor fiel dos ensinamentos do Padre Cícero, atuou como beato e sob orientação do padre organizou uma comunidade que chegou a comportar em torno de quase 1.000 pessoas vivendo todos em regime de coletividade e de oração. Entretanto, esse modelo de sociedade contrariava os ideais da civilização pretendida na época, que logo passaram a acusar o beato e os seguidores de loucos, fanáticos e perigosos, chegando as perseguições ao auge em 1936, após o falecimento do Padre Cícero e da abertura de seu testamento no qual constava que a propriedade onde estava a comunidade do Caldeirão pertenceria à Congregação Salesiana. Os religiosos dessa ordem pediram a entrega da propriedade. Houve campanha difamatória e a construção do discurso de que o Caldeirão seria uma nova Canudos⁴ e que precisava ser destruída, o que resultou na desintegração da comunidade pela força policial enviada pelo governo estadual, representado pelo governador Francisco Meneses Pimentel. A desestruturação da comunidade se deu mediante interesses da Igreja Católica, interesses políticos e de latifundiários locais.

O sítio, tombado como patrimônio cultural pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no ano de 2005, apresenta ruínas da casa em que o beato residiu, ruínas do cemitério, uma casa, o caldeirão (formação geológica da qual a comunidade utilizava a água que ficava acumulada essa estrutura rochosa) e a capela de Santo Inácio de Loyola que fora construída pelo beato e seus seguidores. Portanto, o ponto central desta aula consistiu em conhecer o lugar e seus monumentos que evocam memórias do passado estabelecendo relações com o presente.

A partir dos resquícios materiais e das memórias de Seu Raimundo, morador desta localidade e zelador da capela, e do que a historiografia e outras áreas do conhecimento têm produzido sobre o fenômeno, foi explicada um pouco da história pregressa e sobre o seu processo de tombamento, mostrando que algo que fora alvo de política de silenciamento no passado, hoje é retomado por uma política de lembrança, de rememoração, por meio do reconhecimento oficial do valor histórico e para a memória (tombamento) e também de novo ciclo de romarias ao local⁵. Por meio do tratamento da história e das memórias que chegaram

4. Comunidade situada no sertão da Bahia às margens do Rio Vaza Barris, em 1893 e sendo ela destruída na chamada Guerra de Canudos em 1897, guerra promovida por ordem das autoridades religiosas, políticas e militares. A comunidade teve como líder o cearense Antônio Mendes Maciel, conhecido pela alcunha de Antônio Conselheiro, beato que orientou o modo de vida da comunidade com base na fé católica e no trabalho coletivo não existindo propriedade privada. Para mais informações, ver: SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã (1860-1965). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

5. A primeira romaria ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi realizada no ano 2000, tendo como organizadores a Pastoral da Terra e a Diocese de Crato. A cada ano a romaria acontece no 3º domingo do mês de setembro e marca uma nova visão da Igreja Católica acerca da referida comunidade. Ver: TORRES, Antônio

aos dias atuais, os estudantes puderam perceber a importância e também as tensões que envolvem a patrimonialização, conhecer um pouco sobre os fatos históricos de Crato e entender que a história é permeada de tensões e interesses e que os fatos acontecidos no passado se estendem para além do tempo do acontecimento.

Os estudantes criaram amplas expectativas para esta aula, o que nos deixou bastante motivados e ao mesmo tempo nos fez atentar para orientações anteriores à aula de campo, tendo em vista haver uma forte tendência na cultura escolar tratar aula de campo como um passeio. Isso nos fez frisar em sala os objetivos da aula e como se portar no lugar a ser visitado, pois estaríamos lá para tratar o lugar como objeto de estudo.

Avaliamos a participação dos estudantes como sendo positiva, porém fazemos questão de deixar claro que foi um pouco dificultoso na parte inicial conter as emoções da turma, pois como é um momento diferente das outras aulas no espaço formal, eles se distraem com o lugar, com os objetos, paisagens e outros elementos presentes. Entretanto, acreditamos que essa distração inicial também faça parte do processo de curiosidade dos alunos, uma vez que logo em seguida muitas perguntas foram surgindo, sendo até dificultoso responder a todas elas, embora tenham sido respondidas, pois a aula foi planejada para ser conduzida a partir das perguntas. A dificuldade se trata do fato de serem jovens com bastante euforia, que sentem dificuldades em esperar os colegas fazerem perguntas e estas serem respondidas. Todos desejam perguntar ao mesmo tempo e esperam respostas imediatas e breves.

A situação acima exposta não está sendo apresentada como elemento negativo do processo educativo. Apresentamos tal situação como forma de dar a entender como a aula foi desenvolvida. Sabemos que é praticamente impossível que cada aluno fique totalmente passivo, faça pergunta de forma muito sistemática e espere uma resposta mais sistemática ainda. Trata-se de uma situação real. Por mais que se planeje, a realidade traz imprevistos, e estes nem sempre são negativos. A aula se fez em meio a perguntas, respostas, risos e brincadeiras feitas entre os alunos, pois é dessa forma que eles vivenciam as experiências educativas, exigindo da equipe docente sensibilidade para não entrar em conflito bem como para não deixar que os objetivos planejados se percam em meio às dispersões e brincadeiras.

Surgiram várias perguntas quanto ao modo como as pessoas viviam no Sítio Caldeirão, em que casas, já que atualmente existem vestígios das casas onde essa população residia; como elas eram construídas; perguntas sobre a construção da capela de Santo Inácio de Loyola; como eles conseguiam dinheiro; como eles conseguiam viver em períodos de

escassez de chuva; por que os representantes da Igreja Católica não aceitavam a comunidade Caldeirão; se o beato e seus seguidores se dedicavam as orações, por que a igreja era contra eles? O que o Caldeirão tem a ver com o Padre Cícero? Que meios utilizavam para solucionar casos de doenças? Como é que vocês sabem que essa história realmente existiu? Enfim, mesmo não citando todas as perguntas, por meio dessas poucas se pode perceber que apesar de serem bem simples, temos que levar em conta se tratar de estudantes de ensino fundamental e por simples que elas sejam nós entendemos que cada pergunta tem muito valor para a construção da aula e do desenvolvimento intelectual dos alunos e para a nossa aprendizagem enquanto docentes.

Considerações finais

Achamos ser conveniente informar que a realização dessas atividades não se deu em todos os momentos de forma totalmente tranquila, pois a relação ensino e aprendizagem se faz com pessoas dotadas de subjetividades, sendo a sala de aula um campo de troca de saberes, de conflitos e resistências. É uma relação entre adultos e adolescentes que nem sempre apresentam os mesmos interesses e nem mesmo os educandos se relacionam entre si de forma harmoniosa em todos os momentos. Todavia, contornadas as dispersões que são comuns surgirem em uma sala de aula, a participação dos alunos foi bastante significativa.

Acreditamos que as ações desenvolvidas conseguiram atingir bem os objetivos que foram propostos. Apesar dos conceitos serem de natureza abstrata, eles não são impossíveis de serem compreendidos por estudantes da educação básica. Porém, para isso exige-se criar mecanismos para facilitar a compreensão dos valores abstratos a partir de tentativas de materializá-los para que os discentes consigam entender, se apropriar e operar com os conceitos em questões concretas do cotidiano, seja no presente ou em momentos futuros.

Trabalhar os conceitos é fundamental no ensino, sendo os conteúdos, os fatos e suas interpretações meios para se compreender os conceitos. Não basta apenas saber que no ano de 1889, durante a comunhão em uma missa conduzida pelo Padre Cícero, a hóstia supostamente se transformou em sangue. Faz-se necessário saber das repercussões dos fatos da hóstia no passado e no presente, conhecer as estratégias de silenciamento da memória da beata Maria de Araújo e perceber as tensões políticas e religiosas que estão envolvidas nas versões presentes. Não é suficiente saber que o Caldeirão de Santa Cruz é patrimônio reconhecido, mas conhecer o conceito, porque algo é tornado patrimônio; porque nem tudo se torna patrimônio; quais as vantagens ou desvantagens; se há tensões ou não e o por quê. Todavia, a educação é um

campo amplo e “aberto”. Não existindo respostas prontas, precisamos caminhar na perspectiva de ir construindo respostas ainda que elas não sejam permanentes, pois as respostas também são históricas e são dadas com base no que conhecemos no momento. Novas indagações surgirão para nos desestabilizar e novas respostas precisarão ser construídas, compondo um percurso dinâmico de construção, desconstrução e reconstrução. E se o profissional do ensino de História tiver uma preocupação crítica, as suas práticas deverão ser vistas e revistas neste processo criativo que termina sendo uma ação docente reflexiva.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto, 2004. <http://www.anpuh.uepg.br/historia- hoje/vol3n7/marcia.htm>

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÉLIX, Almir Batista de Oliveira. O patrimônio cultural e os livros didáticos de história ou de como se constrói o sentimento de pertencimento. Tese de doutorado em história. PUC. São Paulo, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história- A problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. “A razão patrimonial no Ocidente”. In. Uma história do patrimônio no ocidente. São Paulo: Estação da liberdade, 2009, p.197-230.

SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã (1860-1965). Fortaleza: UFC, 2010. (Tese de doutorado em educação brasileira)

TORRES, Antônio Marcos. A romaria do Caldeirão: Uma análise sobre suas múltiplas interfaces. Crato: URCA, 2016. (Monografia de conclusão de curso licenciatura em história)

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. MANA 12 (1): 237-248, 2006.